

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IX
ABREVIATURAS	XI
PREFÁCIO.....	XIII
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	17
2.1 Revolução científica e crise metodológica no Direito brasileiro: a crítica ao positivismo normativista..	23
2.2 O problema do conhecimento e a filosofia de Wittgenstein.....	36
2.3 A análise pragmática do discurso jurídico.....	53
2.4 Uma introdução ao Constructivismo lógico-semântico como possibilidade de representação do Direito.....	73
2.4.1 A homogeneidade objetal do Direito.....	75
2.4.2 O Direito como comunicação social.....	86

A TRIBUTAÇÃO DE ROYALTIES DECORRENTES
DA LICENÇA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

2.4.3	A relação entre o Direito e outros sistemas de Comunicação Social.....	90
2.4.4	A comutação discursiva e a normatividade do Direito: o papel do enunciador de normas concretas e abstratas.....	98
2.4.5	O processo de interpretação do Direito e a construção de sentidos.....	102
3.	LIMITES IMPOSTOS À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NA DEFINIÇÃO DE ROYALTIES	107
4.	CIRCUNSTÂNCIAS RELEVANTES NA TRIBUTAÇÃO DE ROYALTIES DECORRENTES DA LICENÇA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A DISPONIBILIZAÇÃO DE UTILIDADES CORRELATAS	131
4.1	Acordos internacionais para evitar a bitributação da renda.....	135
4.1.1	As regulamentações e manifestações fazendárias dos Acordos para evitar a dupla tributação da renda	140
4.2	Incidência de IRRF sobre as remessas ao exterior	200
4.3	Dedutibilidade das despesas na apuração do lucro real e a aplicação das regras de preço de transferência.....	211
4.4	Incidência da CIDE-Remessas.....	216
4.5	Incidência da Contribuição ao PIS e da COFINS na importação e apuração dos respectivos créditos no regime não cumulativo	235
4.6	Determinação do valor aduaneiro	267

5. DEFINIÇÃO DE ROYALTIES	283
5.1 A identificação de <i>topoi</i> utilizados na tributação de <i>royalties</i> decorrentes da licença da propriedade intelectual	285
5.2 Proposta de construção sintática dos <i>royalties</i> . A identificação da homogeneidade na heterogeneidade dos textos positivados	293
5.2.1 Expressão sintática dos <i>royalties</i>	297
5.3 Proposta de construção semântica de <i>royalties</i> para fins tributários.....	335
5.3.1 Extensão semântica das normas que definem <i>royalties</i> : o sentido aplicável em cada circunstância.....	337
6. MENSURAÇÃO DE ROYALTIES	355
6.1 Repercussões tributárias da não segregação de receitas	355
6.2 A possibilidade jurídica da absorção de prescrições contábeis.....	358
6.3 A alocação de preços e a segregação de receitas	359
7. CONCLUSÃO	371
REFERÊNCIAS	381